

# A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO CONTEXTO SOCIAL

Mônica Abadia Rodrigues Teixeira \*

Saulo Gonçalves Pereira \*\*

## RESUMO

O presente artigo apresenta a importância da educação formal no contexto social. A pesquisa teve como objetivo apresentar o histórico da educação no Brasil, além de descrever os principais momentos que influenciaram este processo educativo, dando ênfase aos principais responsáveis pela educação, salientando, dessa maneira, a importância, do governo, da família, dos professores e de toda a sociedade neste contexto. O texto faz menção ao analfabetismo, pois este vai além do saber ler e escrever é preciso interpretar e compreender o que se leu. Apresenta inferências que comprovam a realidade da educação brasileira. O artigo proporcionou constatar que as pessoas têm que cobrar dos governantes o direito da educação, para tanto devem ser preparadas para tal fato, exercendo, assim, sua cidadania enfatizando que a educação é um direito de todos, e que tal direito é mais amplo que o simples fato de ir à escola, ela tem que ser capaz de transformar a vida dos cidadãos proporcionando melhor qualidade de vida, fornecendo as mesmas oportunidades a todos sem distinção.

**Palavras chaves:** Educação formal. Educação brasileira, Historia da educação.

## ABSTRACT

This article has as its theme the importance of formal education in the social context. The survey had the purpose to present the record of the education in Brazil, beyond describing the main moments that influenced this educational process, emphasizing the principal responsible for education, pointing this way, the importance of the government, family, teachers and all the society in this context. The text makes reference to the illiteracy, as it goes further than knowing how to read and write. It is

necessary to interpret and understand what was read. It presents inferences that prove the reality of Brazilian education. The article provided verifying that people have to charge the government for the right of education. As it can happen, they have to be prepared, putting into practice their citizenship, emphasizing that education is a right for everybody and that right is wider than only going to school. It has to be able to transform the citizens' lives, providing them better life quality and offering all the same opportunities, without distinction.

**Key words:** Formal education, Brazilian education, History of Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Educação formal é uma técnica de ampliação da competência intelectual das pessoas, toda educação que é ofertada na escola, que tenham um programa de currículo, graus e diplomas é conhecida como educação formal (CARUSO; BIANCONI, 2005). Já a educação informal é aquela que vem do aprendizado popular (BRASIL, 1996).

No Brasil, educação formal passa por problemas, como o analfabetismo que vai além do saber ler e escrever. É necessário que o indivíduo seja capaz de interpretar o que leu. Antigamente bastava que a pessoa soubesse assinar o nome, pois com isso já era capaz de votar, hoje é preciso perceber os sentidos das palavras em diferentes situações.

Ressalta-se que é dever do estado fornecer uma educação de qualidade, todavia, toda a sociedade deve estar envolvida, ajudando da forma que estiver ao seu alcance, proporcionando aos cidadãos o direito de exercer a cidadania. Existem programas criados pelo governo com intuito de incluir pessoas no âmbito educacional, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é destinada á jovens ou adultos que se evadiram da escola, ou não tiveram acesso a ela. Percebe-se que pessoas analfabetas não têm as mesmas condições que as demais, ficando em patamares desfavoráveis com relação à empregabilidade, e marginalizados na inserção social.

A convivência da autora com indivíduos que não tiveram acesso à educação formal mostrou que estes sofrem grandes consequências, os colocado em

desvantagem em relação aos que tiveram acesso. Tal pesquisa levará o leitor a uma visão crítica da realidade da atual educação formal no Brasil, assim como apontará alternativas de como o cidadão pode ajudar na melhoria desta. Neste sentido, acredita-se que na atualidade a situação da educação formal no Brasil é insatisfatória pelo número de analfabetos que ainda existem.

Espera-se que as pessoas que tiverem acesso a educação tenham melhores condições de se desenvolver economicamente do que àquelas que não tiveram. Supõe-se que os indivíduos que não tiveram oportunidade de estudar vivam em panoramas menos desfavoráveis podendo ser vítimas de exclusão. Presume-se que o caminho para que a educação melhore é um maior investimento, um maior interesse do governo para que haja uma transformação na educação formal do Brasil. Acredita-se que a família e toda a sociedade possam ajudar a melhorar a atual situação da educação formal participando de eventos que cobrem dos governos maior investimento para esta área.

Este trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura de forma qualitativa, buscando fontes em livros, artigos científicos, monografias, dissertação, teses, revistas, etc., De tal maneira que foram feitas as buscas em bibliotecas, bancos de dados em sites da internet como o *scielo*, periódicos, google acadêmico e sítios de instituições de ensino superior. Foram utilizadas palavras chaves como: educação formal, analfabetismo e educação brasileira, utilizando-se materiais que estão relacionados com Educação do Brasil. Os materiais publicados ou registrados foram preferencialmente do período de 2000 a 2012 e a consecução deste foi de fevereiro a outubro de 2012.

O artigo discorrerá sobre a história da educação no Brasil, incluído a do analfabetismo, mostrando o contexto histórico dos responsáveis pela educação, e do direito a educação para todos os cidadãos com o intuito de mostrar os prejuízos trazidos às pessoas que não tiveram a oportunidade de uma educação transformadora, e levando leitor a questionar sobre a realidade da Educação Brasileira.

## 2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FORMAL BRASILEIRA

A história da educação brasileira tem seu início já no ano de 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, não que os índios que residiam nestas terras não tivessem a sua própria forma de educar, mas os portugueses chegam trazendo um padrão educacional próprio da Europa; os Jesuítas trouxeram os então chamados métodos pedagógicos. Outro episódio que a educação brasileira teve em seu início, foi com a chegada da família real ao Brasil, porém, a educação nunca deixou de ser secundária, pois a realeza pouco fez pela educação. Até os dias atuais, muito se tem modificado no planejamento educacional. Um marco importante para a educação Brasileira foi a revolução de 1930, sendo que na constituição de 1934, pela primeira vez é colocado que a educação é direito de todos (BELLO, 2001).

Os humanos evoluíram rápido em curto espaço de tempo, esse fato se deve a uma grande descoberta: a escrita. Uma criança ao ser alfabetizada necessita um grande esforço, pois reproduz em um espaço pequeno de tempo a história da evolução da escrita. Quando os portugueses chegaram ao Brasil e os Jesuítas começaram a ensinar as crianças usaram uma metodologia baseada em jogos, brincadeiras, teatro e música, metodologia, esta, que deu certo, pois os Jesuítas se tornaram mais poderosos que o Rei de Portugal. Lisboa foi destruída por um terremoto e os Jesuítas foram expulsos do Brasil por Marques de Pombal, assim começou a faltar professores. A educação do Brasil que caminhava bem com fácil acesso a todos mudou de rumo, o letramento ficou restrito àqueles que podiam custear os estudos (RAMOS, 2010).

No Brasil Império o interesse dos nobres era que o ensino se limitasse apenas aqueles que tinham dinheiro, o ensino primário não era objetivo da corte. Nessa época as crianças tinham um pouco de noção da leitura do calculo e do catecismo, sendo que era um professor para cada 100 alunos. Este tipo de ensino prevaleceu por quinze anos no Brasil sendo que na Europa foi abandonado rapidamente (DANTAS, 2008).

O Brasil esperou até a proclamação da República em 1889 para que a alfabetização se tornasse obrigatória, com a constituição de 1891 o estado passou a

oferecer ensino público gratuito a todos os cidadãos, a partir desse momento aconteceram vários debates sobre a educação especialmente em torno dos altos índices de analfabetismo. Os índices do analfabetismo começaram a cair, porém continuam dividindo a sociedade entre ricos e pobres. O analfabetismo, hoje, vai além do letramento é necessário saber interpretar textos e informações e conviver com as novas tecnologias, talvez por isso os altos índices de baixo desempenho dos estudantes brasileiros nos *ranking* que classificam o desenvolvimento educacional do mundo (RAMOS, 2010). Nesse sentido entende-se que muitas crianças não têm acesso à alfabetização.

A revolução de 1930, foi um movimento onde a Primeira República do Brasil chega ao fim, tal movimento deu-se origem dentro de uma crise econômica mundial incluindo a própria economia do Brasil. Em março de 1930 aconteceram as eleições no Brasil nesse período as políticas que dominavam o país (São Paulo e Minas Gerais) se desuniram, pois o então atual presidente Washington Luiz queria lançar a presidência o paulista Julio Prestes, dessa maneira, aconteceu a união dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, onde lançaram o nome do Getúlio Vargas para concorrer a presidência. As eleições que foram fraudadas elegendo Julio Prestes presidente (SANTIAGO, 2010).

Mesmo após as eleições a situação econômica continuava insustentável, associou-se a esse fato a assassinato do vice presidente João Pessoa que esteve envolvido em lutas políticas, o governo que não era popular cai facilmente com a revolta militar e Getúlio Vargas assume o poder provisório em 03 de novembro de 1930 (SANTIAGO, 2010). Percebe-se que a historia da educação no Brasil, está ligada aos movimentos políticos, e bem se sabe que o analfabetismo das pessoas muito tem haver com o direito ao voto.

Até o ano de 1930 inexistia uma política nacional de educação, o então ministro da educação Francisco Campos realizou reformas que alcançaram vários níveis do ensino em todo o país é a primeira vez que a educação brasileira passa por uma reforma. Em seus discursos Francisco Campos dizia que o Brasil não era mais um país de “Liberal”, mas, sim de “Produtores” e que era necessário adequar o país a nova realidade. Apesar da opinião do ministro de enfatizar como prioridade do Governo Federal o ensino primário, o governo manteve este ensino fora de sua responsabilidade (MORAES, 1992).

Tomando por base os últimos oitenta anos no Brasil, a prioridade da educação sustenta-se apenas por discursos retóricos, Muitos acreditavam que educação seria preferência após a constituição de 1988, o que não aconteceu. Enquanto países vizinhos ao Brasil resolveram a questão da educação na virada do século XIX, o Brasil ainda não conseguiu tamanho feito (FRIGOTTO, 2011). Todo esse descaso é percebido, também, no contexto do analfabetismo da população, desde então.

No ano de 1964, com o golpe militar as expectativas de transformar a educação brasileira são abortadas, pois tais tentativas eram vistas como revolucionárias. Neste período professores foram presos, universidades foram invadidas em confronto com a polícia, alunos foram presos, feridos e alguns mortos, os estudantes perderam o direito de manifestar, alunos e professores foram silenciados pela era da ditadura (TORRES, 2009).

Nesse período, os estudantes ficaram insatisfeitos com a realidade vivenciada pelo país, entretanto, os movimentos estudantis denominados União Nacional dos Estudantes (UNE), promoveram lutas em defesa da democracia. A sede da UNE chegou a ser metralhada. Esta organização tinha o objetivo de resistir ao golpe militar. O governo militar calou os estudantes. Os professores se juntaram aos estudantes e apoiaram as causas mostrando o seu descontentamento e tentado sensibilizar a opinião pública. Com o intuito de diminuir as pressões o governo criou o decreto nº 71.244 de 11 de outubro de 1972 (LIRA, 2010). Percebe-se que o regime militar, pouco contribuiu para o processo educacional do Brasil, tão pouco para a erradicação do analfabetismo.

Brasil (1972) na lei nº 71.244 em seu Artigo 1º apresenta que todos os professores do magistério especialistas ou não devem possuir o mesmo tratamento sem distinção assim como paridade em seus salários. Não podendo acontecer discriminação por matéria ministrada, proporcionando direitos e vantagens aos professores.

A lei supracitada tende a valorizar a profissão do professor das séries iniciais, entende-se que pela data em que a mesma foi criada significou um grande avanço, que somente foi possível porque a classe dos professores se manteve unida.

Com o fim do regime militar assumiu-se um caráter político e passou-se a ponderar sobre questões relacionadas à escola com a sala de aula, a didática e as relações do professor com o aluno e profissionais de outras áreas assumem a

educação. Do fim do regime militar até os dias atuais o trabalho do ex - ministro da educação Paulo Renato de Souza, foi marcante extinguiu o Conselho Federal da Educação e criou o Conselho Educacional da Educação associado ao Ministério da Educação e Cultura que fez com que este conselho se tornasse menos burocrático, jamais houve execução de tantos programas da educação como nesta época (BELLO, 2001).

Nota-se que a educação brasileira passou por diversos momentos para se chegar ao patamar dos dias atuais, sendo que cada um desses momentos possui suas próprias características (SOUZA, 2011). A história da educação brasileira é marcada por problemas, junto a ela tem-se a história do analfabetismo, um dos grandes problemas sempre enfrentado no contexto da educação formal.

A questão do analfabetismo vivenciada pelo Brasil é efeito da incompetência dos governantes quanto da demora da melhoria da alfabetização. Quando se compara o Brasil com outros países em desenvolvimento, em relação à taxa de analfabetismo, este se encontra nas piores posições, essa situação não se limita apenas aos indivíduos idosos, mas, também às crianças, jovens e adultos, portanto com a morte de analfabetos idosos a taxa de redução de analfabetismo teria apenas uma pequena redução, pois a taxas elevadas de jovens analfabetos repõem o estoque (SOUZA, 1999).

Um momento significativo para a história da educação brasileira foi no ano de 1996, quando foi instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), esta lei fornece as diretrizes e bases para a educação formal no Brasil. A lei por si só não é capaz de afetar a realidade da educação no Brasil, mas ela pode proporcionar efeitos sobre esta realidade (CARVALHO, 1998).

Uma boa reforma realizada foi o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, produzido em coletividade por professores, pais e alunos. O PNE é uma reposta a LDB (VALENTE; ROMANO, 2002).

O PNE é capaz de proporcionar melhoria para a educação formal no Brasil, caso as metas que foram propostas se concretizem a educação irá melhorar a qualidade do ensino e proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes.

### **3 OS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO**

Segundo Thomaz (2009), para que o Brasil possa se desenvolver faz-se necessário a estruturação do modelo de ensino, pois desde sua descoberta ele sofre com a falta de investimento no que diz respeito à educação. Os métodos pedagógicos mais seguidos no país são a pedagogia tradicional (método fonético) e a escola nova (construtivismo). A escola tradicional é aquela que conduz e é empenhada, já a escola nova é a que se tem no Brasil, onde faz o indivíduo abrir as possibilidades de ser.

Krasilchick (2008) afirma que o construtivismo é um modelo que pressupõem que os alunos chegam à sala de aula com suas ideias, que muitas vezes são erradas, o que influencia e cria dificuldades para aprender o conteúdo, em tal modelo a responsabilidade de aprender é do aluno a ele compete à tarefa de estabelecer e avaliar determinadas ideias. O modelo de estudo prioriza a edificação do saber pois acontece no íntimo de casa pessoa, onde o resultado é obtido através da interação do indivíduo com o meio em que está inserido além da forma em que se age sobre o objeto que se deseja conhecer (RÊGO; CAMORIM, 2001).

Assim, entende-se que esta forma de estudo prevê uma escola que proporcione ao aluno prazer, além de incentivar e ajudá-lo na construção de seu conhecimento. O aluno consegue aprender por si só através do ambiente em que está inserido, assim o professor tem o papel de ser um orientador, auxiliando o aluno a se formar e ser protagonista do conhecimento adquirido.

Os estudantes necessitam de um mínimo de qualidade possível para permanência na escola, contudo, não se deve exigir da escola o que não é de seu contexto, por exemplo: existem dificuldades e problemas na escola que não são próprios de seu ambiente, entretanto estão nela. Nesse sentido, entender a situação da educação escolar são inícios metodológicos indispensáveis para um diagnóstico das políticas educacionais (CURY, 2002). A máxima supracitada pelo autor, muito exemplifica o contexto do analfabetismo no Brasil, tendo em vista que não é culpa só da escola, mas ele está inserido em seu cotidiano e cabe ao poder público tomar providências para que mude esta situação.

A constituição garante a educação básica a todas as pessoas, porém garantir tal educação significa proporcionar ensino infantil, fundamental e médio a todos os cidadãos, além disso, tem por obrigação garantir ao estudante formação para que possa exercer sua cidadania e lhe oferecer formas para continuar seus estudos posteriores fazendo com que o mesmo adquira conhecimentos, por exemplo, para conseguir um emprego (CURY, 2002).

Muitas são as políticas que tentam inserir os jovens no ensino superior, o Programa Universidade para todos (Pro Uni), por exemplo, tem como objetivo, reservar vagas no ensino superior para ex-alunos de escolas públicas, este programa é um meio de acesso ao ensino superior, porém, não garante a permanência estudante nesta modalidade.

O Pro Uni oferta através de parcerias com instituições de ensino superior particulares bolsas de estudo parciais ou integrais, e ao mesmo tempo oferece as instituições reduções nos impostos. Para participar do programa é necessário que o aluno tenha completado o ensino médio em escola pública ou se cursou em particular ter sido através de bolsa integral. Existem também uma quantidade de cotas oferecidas a portadores de necessidades especiais, afrodescendentes, ou indígenas (SARAIVA; NUNES, 2011) .

Os professores também são responsáveis pela educação da população brasileira tem que se convencer da importância de tais profissionais. Dessa forma, os professores terão condição de entusiasmar os seus alunos, dando – lhes uma educação de boa qualidade, mas para que isso aconteça é necessário que haja mais obras em prol da educação, afinal, a educação brasileira tem como melhorar, basta o envolvimento de todos (SOUSA, 2011).

Dentro da sala de aula acontecerá a interação entre os professores e os alunos tal fato se desencadeia, pois entre eles existe a ligação entre ensinar e aprender, o importante é que se tenha claro qual o papel do aluno nessa arte de aprendizagem afinal o professor entra com o conhecimento e o aluno com a vontade de aprender (ZABALA, 1998). Diante de tal afirmação, o aluno também tem que buscar construir o seu conhecimento. A força de vontade do aprendiz é essencial, ele terá acesso á escola que será fornecida pelo governo, apoio da família e o conhecimento do professor.

Segundo Santos (2003), é dever do estado e da família oferecer educação ao cidadão, entretanto estes terão a colaboração da sociedade através organizações

ou instituições sociais. Pinho (2011), afirma que o Brasil ficou no 88º lugar de 127 países, no ranking da educação feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ficando no nível médio de desenvolvimento atrás de países como Chile, Argentina, Equador e Bolívia. Nessa pesquisa fica claro que o Brasil possui muitas crianças fora da escola e que o número pode aumentar se a inclusão não for acelerada.

Conforme menciona Pinho (2011), o número elevado de crianças fora da escola é fruto de uma falta de inclusão, dessa forma não há como um país se desenvolver, pois para que ele cresça é necessário que todas as crianças tenham acesso à educação formal. O futuro de cada pessoa começa na escola é neste lugar que principia a formação de cidadãos ativos e conscientes dentro de uma sociedade.

Cury (2002) relata que para que um cidadão exerça a cidadania o ler e escrever é indispensável, o objetivo da educação na infância é o de proporcionar perspectivas, para o adulto, o direito a educação deve ser entendido não como um direito da criança frequentar uma escola, mas, sim um direito do adulto de ter sido educado. O cidadão que não teve acesso à educação formal perde condições reais de escolher livremente as coisas, pois, a garantia do homem é a autonomia.

A educação tem a capacidade de garantir pessoas com mentes maduras e trabalhadores qualificados. A sociedade deve reconhecer que precisa de uma população educada, a educação é um meio de acesso aos bens sociais e também uma forma de emancipação do indivíduo. Quando acessível a todos a educação diminui a discriminação e as desigualdades sociais (CURY, 2002). Conforme, citado por esse autor, os indivíduos sem acesso à educação sofrem discriminação e acabam por não terem as mesmas oportunidades, que são oferecidas àqueles que puderam estudar.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em seu artigo 2º, cita o seguinte:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.08).

Segundo esta lei, o estado e a família devem garantir uma educação de qualidade aos indivíduos com o objetivo de que este possa se desenvolver como pessoa além de se portar como cidadão consciente e fornecendo-lhe subsídios para

o trabalho. Grande parte da população brasileira, cerca de 1/3 é apenas analfabetas funcionais, ou seja, pessoas que sabem assinar o nome e fazer alguma leitura e que estiveram na escola por no máximo quatro anos (CURY, 2002).

Uma grande parcela dos jovens estudantes do Brasil não consegue retirar informações relevantes e explícitas de um texto, conseguem menos ainda manipular ou fazer comparações com outros dados. A concentração de renda e a desigualdade social interferem na educação, pois a população é escolarizada de forma desigual tanto em quantidade como em qualidade (HELENE; MATSUSHIGUE, 2011). Dessa forma, pode-se notar que muitas vezes as pessoas que tem melhores condições financeiras acabam por ter maior acesso a educação formal no Brasil.

O Programa para avaliação internacional de estudantes (PISA) acontece a cada três anos como forma de avaliar os jovens estudantes de até 15 anos matriculados em unidades de ensino, o Brasil, em 2009, teve uma melhora em relação a 2000, porém avançou bem menos do que precisava (HELENE; MATSUSHIGUE, 2011). Para que esta situação mude é necessário que primeiramente haja maior motivação dos professores com melhores salários, é necessário que melhore a infraestrutura das escolas com salas com menos alunos, laboratórios e bibliotecas que atendam a necessidade dos estudantes, dentre outros.

Portanto, a educação formal no Brasil e de responsabilidade da família, do estado, dos professores, e ela passa por muitos problemas e a solução desses problemas começa com o maior investimento financeiro nesta área, através da união dos professores, com a família e apoiados pelos governantes. Dessa maneira, a educação formal no Brasil proporcionará uma melhor qualidade de vida aos cidadãos brasileiros.

#### **4 EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL UM DIREITO DE TODOS?**

Para FREIRE (1979) é necessário que o homem reflita sobre a sua realidade dessa forma ele conseguirá projetar um futuro de acordo com seus sonhos, a educação está condicionada ao saber, pois quando a pessoa percebe que é ignorante ela vai a procura da sabedoria.

Vários são os desafios enfrentados na tentativa de uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos, um deles é o direito a educação formal. Nos dias atuais não existe nenhum país que não garanta em forma de lei o direito a educação básica, pois garantir tal direito é o primeiro passo para a cidadania plena, além de garantir a entrada no círculo profissional. A educação é um direito reconhecido, mas é preciso que ele seja garantido (CURY, 2002).

O governo usa a mídia para se promover, sendo que a notícia de que uma escola foi assaltada vale mais que toda repetência daquele ano, por exemplo. É necessário que se promovam debates com o intuito de esclarecer a população fazendo com que esta não fique apegada a factoides (propaganda política mal intencionada), mas, conheça a verdadeira realidade da educação no Brasil (MELLO, 2003).

O índice da educação básica (IDEB), criado em 2007 atua como um indicador de qualidade dos ensinos públicos e particulares, leva em conta a quantidade de aprovação, reprovação e abandono naquele ano, assim como a prova Brasil. De acordo com IDEB, o Brasil conseguiu alcançar as metas que estão destacadas nas tabelas abaixo, colocadas pelo MEC (Ministério da Educação) em 2011 no ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, sendo que no ensino médio apenas conseguiu igualar a meta proposta (BRASIL, 2012).

A seguir, seguem as tabelas que apresentam os dados da pesquisa, segundo o MEC.:

**Tabela 1: Anos Iniciais do ensino fundamental**

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
<b>Dependência administrativa</b>									
<b>Pública</b>	3.6	<b>4.0</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
<b>Estadual</b>	3.9	<b>4.3</b>	<b>4.9</b>	<b>5.1</b>	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
<b>Municipal</b>	3.4	<b>4.0</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
<b>Privada</b>	5.9	<b>6.0</b>	<b>6.4</b>	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Fonte: BRASIL, 2012. p 1.

Os dados em negrito significam as metas alcançadas.

**Tabela 2: Anos Finais do Ensino Fundamental**

IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	<b>3.5</b>	<b>3.8</b>	<b>4.0</b>	<b>4.1</b>	<b>3.5</b>	<b>3.7</b>	<b>3.9</b>	<b>4.4</b>	<b>5.5</b>
<b>Dependência administrativa</b>									
<b>Pública</b>	3.2	<b>3.5</b>	<b>3.7</b>	<b>3.9</b>	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
<b>Estadual</b>	3.3	<b>3.6</b>	<b>3.8</b>	<b>3.9</b>	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
<b>Municipal</b>	3.1	<b>3.4</b>	<b>3.6</b>	<b>3.8</b>	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
<b>Privada</b>	5.8	<b>5.8</b>	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

Fonte: BRASIL, 2012. p 1.

Os dados em negrito significam as metas alcançadas.

**Tabela 3: Ensino Médio**

IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	<b>3.4</b>	<b>3.5</b>	<b>3.6</b>	<b>3.7</b>	<b>3.4</b>	<b>3.5</b>	<b>3.7</b>	<b>3.9</b>	<b>5.2</b>
<b>Dependência administrativa</b>									
<b>Pública</b>	3.1	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>	<b>3.4</b>	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
<b>Estadual</b>	3.0	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>	<b>3.4</b>	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
<b>Privada</b>	5.6	<b>5.6</b>	5.6	5.7	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0

Fonte: BRASIL, 2012. p 1.

Os dados em negrito significam as metas alcançadas.

Diante da análise das tabelas apresentadas, a educação conseguiu alcançar as metas propostas pelo MEC, um ponto positivo para a educação brasileira. Segundo os dados apresentados muitas vezes o que se ouve na mídia não é a realidade da educação formal no Brasil. De tal forma que para se promover com a população, o governo mostra o que lhe convêm, para saber a verdadeira realidade do ensino no Brasil é preciso mais do que apenas acreditar no que é publicado pelas propagandas políticas, é preciso observar e estar atento aos números apresentados nas pesquisas realizadas.

A educação apresenta-se como um direito e ao mesmo tempo como uma obrigação, pois a criança e os pais não podem dispensar-se desse direito, na constituição de 1934, de forma legal a educação se torna gratuita e de obrigatoriedade (HORTA, 1998).

A constituição de 1934 em seu artigo 149 cita:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934, p. 53).

Dessa maneira, é garantido por esta constituição a educação como um direito a toda a população que esteja no país, mesmo sendo imigrantes, e esta deve ser ofertada pela família e pelo governo, ou seja, a educação no Brasil é um direito há muito tempo.

Além da constituição de 1988 existem outras leis que garantem o direito à educação aos brasileiros, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em seu artigo 4 cita o seguinte que é dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; - atendimento educacional especializado gratuito, padrões mínimos de qualidade de ensino, dentre outros (BRASIL, 1996). Dessa forma, a LDB vem somar-se a constituição, promovendo na configuração de lei o direito à educação a todos os indivíduos, garantindo, inclusive, o ensino gratuito a todos.

Todos têm direito à educação, direito é mais amplo que o simples fato de ir à escola, o processo de educação permeia a vida do cidadão por toda a vida. O problema é que o Brasil é um país marcado por desigualdades de recursos, oportunidades e direitos, onde uma pequena parte tem muito e uma grande maioria é excluída, não apenas na questão financeira, mas em outros direitos como: informação e oportunidade de aprendizagem (SACAVINO, 2006).

A educação acaba por oferecer grandes oportunidades aos cidadãos, ou seja, é uma grande riqueza, porém ser considerada não é suficiente para torná-la uma prioridade para os governantes e nem faz com que todos tenham acesso a ela. O cidadão tem que exigir os seus devidos direitos, sendo assim, devem ser preparados para o exercício da cidadania. É preciso que sejam bastante instruídos, pois, isto os leva a serem eleitores conscientes e a exigirem o acesso aos serviços públicos que é direito de todos (GOLDEMBERG, 1993).

Segundo a máxima supracitada, os indivíduos que tem acesso à educação têm melhores oportunidades por toda uma vida, apesar da educação na forma teórica ser essencial na vida dos cidadãos isso nunca a tornou prioridade para o poder público, já que a educação é um direito constitucional as pessoas devem

exigir que ela aconteça, pois a educação formal irá proporcionar uma melhor qualidade de vida, a quem tiver acesso.

Para que a população brasileira possa ter o direito a educação, que é garantido pela constituição federal, é preciso mudar a maneira de definir as políticas e práticas educacionais, distribuindo de forma mais igualitária os recursos. Faz-se necessário, também, uma sociedade fortalecida além de vontade política por parte dos governantes para que os cidadãos tenham voz e participem efetivamente do sistema educacional (SACAVINO, 2006). Acredita-se que o conhecimento traga, não somente o letramento às pessoas, a alfabetização leve o sujeito a ser cidadão, pensante e integrante do meio em que está inserido, ou seja, um ser liberto.

Goldenberg (1993) menciona, ainda, que para que se promova o desenvolvimento econômico do país e também diminua a desigualdade da distribuição de renda, não é só essencial, mas, também importante o direcionamento de recursos para as áreas da educação, assim como para os demais serviços públicos no geral, garantido, dessa maneira qualidade de vida para a população brasileira.

Assim sendo, espera-se que as pessoas que tenham acesso à educação sejam mais esclarecidas podendo, por exemplo, evitar doenças oportunistas, cuidando melhor de sua saúde, pois a educação formal garante aos indivíduos conhecimentos, por toda uma vida. A ausência da educação escolar representa uma grande lacuna para o indivíduo e uma perda enorme para a cidadania. Hoje, isso pode ser contornado devido a existir um nível de ensino que se dispõe a trabalhar com essas pessoas que interromperam sua atividade escolar, sendo conhecido como Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Muitos alunos que se inserem no EJA buscam uma forma de se agregar à sociedade letrada da qual pouco ele participa, pois não domina a escrita e a leitura. Muitas são as causas que levam os adultos a estudarem, podem-se citar: concorrência no mercado de trabalho, contentamento pessoal, necessidade de vencer as barreiras da exclusão. A atual situação vivenciada pelo Brasil com relação à educação demonstra que ainda não se conseguiu proporcionar um ensino a todas as pessoas como garante a constituição (STRELHOW, 2010).

A constituição de outubro de 1988, em seu art.208, responsabilizou os poderes públicos a obrigatoriedade em fornecer o ensino fundamental gratuito aos jovens e adultos, em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), em que na emenda 14 alterou o texto do Art. 208 da constituição desobrigando jovens e adultos a frequentar a escola levando a interpretação de que o governo não era obrigado a ofertar ensino fundamental a essa faixa etária, portanto, e educação básica para jovens e adultos aos poucos está sendo transferida da responsabilidade governamental para a responsabilidade civil ocasionando uma grande perda (HADDAD; PIERRO, 2010).

A constituição garante que a educação seja um direito a todos os cidadãos, porém, nem todos tem acesso e ela, a mesma não é uma prioridade do poder público, o que pode ser o motivo de ainda existir o analfabetismo no Brasil. Programas existem para diminuir os prejuízos que a falta de educação formal traz para o cidadão, mas é necessário um maior investimento dos governantes para tais programas.

A exigência do direito a educação é uma arma não violenta para que haja diminuição das desigualdades e discriminações sociais, possibilitando dessa maneira, uma melhor qualidade de vida, quanto mais se multiplica tal processo melhor o crescimento da sociedade tornando-a mais humana e igualitária (CURY, 2002).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pôde-se constatar que a educação formal no Brasil, em nenhum momento foi prioridade por parte do governo. Percebe-se que a educação formal é capaz de transformar a vidas dos cidadãos, pois pode fornecer a ele conhecimento para o exercício da cidadania, além disso, ela proporciona oportunidades em questões de melhorar a qualidade de vida, assim, como o de se desenvolver economicamente.

Concluiu-se que existem ainda muitos analfabetos no Brasil, são pessoas que assinam o nome, ou seja, não são letradas nem tem capacidade de pensar, criticar e posicionar-se diante da realidade. A verdadeira democracia tem que oferecer a todos o direito de ler e escrever de questionar e escolher. Para que isso aconteça faz-se necessário uma boa escola que é dever do estado. Para que a qualidade da

educação formal no Brasil melhora é preciso que haja um maior investimento e um maior interesse por parte do governo.

A família e toda a sociedade também são importantes para melhorar a educação formal no Brasil, participando de eventos que cobrem dos governantes maiores investimentos para esta área. É necessário proporcionar aos cidadãos uma educação de qualidade sendo uma forma de gerar melhores condições de vida a todas as pessoas promovendo um país mais igualitário.

## REFERÊNCIAS

BELLO, J. L. P. Educação no Brasil: a história das rupturas. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>> . Acesso em: 26 mar. 2012.

BRASIL, Poder Executivo. **Decreto nº 71.244, de 11 de Outubro de 1972**.

BRASIL, Ministério da Educação. **INEP**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portaldeb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL, Poder Civil. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jul.1934. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o.htm)>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL, Poder Executivo. **Decreto nº 71.244, de 11 de Outubro de 1972**, Brasília, DF, 11 out.1972. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71244-11-outubro-1972-419670-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação decênio 2010 - 2020**. Brasília, DF, 2012.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciênc. educ.** Bauru, v. 5, n. 2, p. 81-90, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a08v5n2.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2012.

CARUSO, F.; BIACONI, L. Apresentação Educação não Formal. **Cienc. Cult.** v.57, n. 4, out./ dez. 2005. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000400013&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000400013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03 out. 2012.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, v, 23 n. 80, p. 168-200, set. 2002.

CURY, J. R. C. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 116, p. 245-262. jul 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

DANTAS, A. C. A Educação No Império. **Webartigos.** Set 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-no-imperio/9670/>>. Acesso em: 03 abr.2012.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FRIGOTTO, G. O. Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira da Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan./abr. 2011.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estud. Av.** São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137. maio/ago 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141993000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141993000200004&script=sci_arttext)> . Acesso em: 28 mar. 2012.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovem e adulta Avaliação da década da educação para todos. **São Paulo Perspec.** São Paulo v. 14 s/n. jan./mar. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392000000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000100005)> . Acesso em: 09 abr. 2012

HELENE. O. MATSUSHIGUE, N. B. L. Como Vai a Educação Brasileira. **Diplomatique Brasil**, 43. ed. fev. 2011. Disponível em: <<http://emdefesadaeducacao.wordpress.com/2011/02/12/como-vai-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 26 mar.2012.

HORTA, J. S. B. Direto a educação e obrigatoriedade escolar. **Cad. Pesquisa**. São Paulo n. 104. p. 5-32. Jul. 1998. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/158.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

KRASILCHICK, M **Prática do Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: USP, 2008.

LIRA, N. T. A. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1965): um espaço de disputas**. 2010. 359f. Tese (Doutorado em História Social.) - Universidade Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em:<<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MELLO, N. G. **Os 10 Maiores Problemas da Educação Básica no Brasil: e suas possíveis soluções**. Fátima Ali. ago. 2003. Disponível em: <[http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala\\_exclusivo.pdf](http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala_exclusivo.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2012.

MORAES, M. C. M. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. **Bras.Est. Pedag.** Brasília. v. 73, n. 17-4, p. 291-321, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/452/457>> Acesso em: 03 abr. 2012.

PINHO, A. Brasil fica no 88º lugar em ranking de educação da UNESCO, **Folha.com**. Brasília, DF, mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/882676-brasil-fica-no-88-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco.shtml>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

RAMOS, P. F. História do Analfabetismo no Brasil. **Para entender a história**. v. 10, n. 13. p. 01-16, dez 2010. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/12/historia-do-analfabetismo-no-brasil.html>>. Acesso em: 03 abr.2012.

RÊGO, P. P.; CAMORIM, T. E. M. **O construtivismo no contexto da educação infantil**: a visão de algumas educadoras. 2001. 63 f. Monografia (Graduação em Magistério e Administração Escolar)- Universidade da Amazônia, Belém, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/CONSTRUTIVISMO.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2012.

SACAVINO, S. **Direito Humano na Educação No Brasil**: uma conquista para todos/a. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2006. 10f. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/27\\_cap\\_3\\_artigo\\_05.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/27_cap_3_artigo_05.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2012.

SANTIAGO, E. **Revolução de 1930**. Infoescola. Jun 2010. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/revolucao-de-1930/>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

SANTOS, R. C. **Educação Escolar Brasileira**: estrutura administração legislação 2. ed. São Paulo: Eugênia Pessotti, 2003.

SARAIVA L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2011, vol.45, n.4, p. 941-964.

SOUSA, M. L. A. **Educação de Jovens e Adultos**: desafios e propostas no ensino de biologia. 2011.46f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas.

SOUZA, C. M. M. O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico. **IPEA**. Brasília, DF abr. 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3945%3Atd-639-o-analfabetismo-no-brasil-sob-o-enfoque-demografico&catid=170%3Apresidencia&directory=1&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3945%3Atd-639-o-analfabetismo-no-brasil-sob-o-enfoque-demografico&catid=170%3Apresidencia&directory=1&Itemid=1)> Acesso em: 03 abr. 2012.

STRELHOW, B. T. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Histedbr On-line**. Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05\\_38.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

THOMAZ, J. R. A Educação no Brasil nos Dias Atuais .**Veja**. São Paulo n. 23, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais/25509/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

TORRES, M. O. F. **Educação Brasileira: passado, presente e futuro o conhecimento através de uma abordagem estratégica**. Só Pedagogia. 2009. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoobrasil/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

VALENTE, I. ; ROMANO, R. PNE: plano nacional de educação ou carta de intenção? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12926.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2012.

ZABALA, A. **A Prática Educativa Como Ensinar**. Porto Alegre: Artemed, 1998.